O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) | nº 815 – de 5 a 19 de outubro de 2017

PARA RECUPERAR OS DIREITOS!

CUT lança campanha e colhe adesão

Fábrica de calçados em Vitória da Conquista, BA

COM LULA, PELA SOBERANIA

Ato no Rio em defesa das estatais

Partido
DN PT: Resolução reafirma Constituinte
pág. 4

Luta de classe
Greve nos Correios se amplia
pág. 6

Lava Jato
Prossegue perseguição aos petistas
pág. 8

Catalunha
Repressão derruba a máscara da Monarquia
pág. 11

A Santa Sé, o STF e o ensino religioso

Decisão do Supremo é um ataque à educação e às novas gerações

Contra a ação movida pela Procuradoria Geral da República, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pelo entendimento de que o ensino religioso deve ter caráter confessional.

A decisão do STF coloca em cheque a laicidade do Estado, a qualidade do ensino, e revoga o Art. 33 da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A decisão desorganizará a gestão nas escolas públicas, numa disputa por espaços, entre denominações religiosas diferentes para que ensinem uma doutrina em detrimento de outra. Para o STF, o retorno do ensino confessional religioso é importante para a "formação do cidadão" (!?).

Vem do governo Lula

No ano de 2010 foi firmado um acordo entre Brasil e a Santa Sé (Acordo Brasil-Vaticano), que permitia a volta do ensino religioso confessional no Brasil. A lei antes garantia o ensino como facultativo, sem a catequização de uma ou outra religião para os alunos.

Essa mudança reafirma o ensino religioso como de oferta obrigatória, qualificando-o como importante na "formação integral da pessoa". Mesmo que com a afirmação de liberdade religiosa, o artigo deixa claro em seu parágrafo primeiro que "o ensino religioso católico, e de outras confissões religiosas, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. " O destaque para o catolicismo não é um detalhe, é uma ingerência direta do Estado do Vaticano na concepção do ensino brasileiro.

O papel do STF

Desde a reforma do ensino médio, feita pelo governo Temer, que limita o acesso da juventude ao conhecimento, excluindo matérias importantes do currículo, cria-se o terreno para desenvolver reações de retrocessos. O ensino confessional religioso é um ataque ao Estado laico. O STF entra nessa conta como um impositor e legislador da vontade do acordo com a Santa Sé, atacando o ensino de base científica e reforçando os elementos de superstição e obscurantismo no currículo escolar, lugar próprio do ensino da ciência, da cultura e da arte e não da ideologia religiosa, que é da esfera da vida privada.

27 de setembro: STF autoriza ensino religioso

O que está colocado é um retrocesso de mais de 100 anos, que tem no Judiciário ponto de apoio para avançar. Na educação, a decisão do STF se refletirá no conflito entre diferentes religiões que verão na escola um espaço para catequização, mudando de fato, a função da escola como transmissor do conhecimento do saber científico. A decisão do Supremo cria uma atmosfera que fere a escola como transmissora de conhecimento e obriga os alunos à catequese de religiões, embora o entendimento do STF não tenha revogado a presença facultativa. Na prática não é o que acontecerá, pois, segundo especialistas, a própria estrutura da escola que sofre com falta de salas de aula, não permite espaço para abrigar os alunos nos supostos períodos em que se ausentariam das classes. E com uma Proposta de Emenda Constitucional que congela por 20 anos os gastos públicos com setores como educação, a situação só deve se agravar.

É essa a matemática tenebrosa colocada às novas gerações.

Jeffei

Votação da maioridade penal é adiada

Senadora petista consegue adiamento por 30 dias

A senadora Gleisi Hoffman, presidente do PT, conseguiu o adiamento da votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Proposta de Emenda constitucional (PEC)33/2012. Essa proposta, cujo o relator é Ricardo Ferraço (PSDB-ES), altera a maioridade penal de 18 para 16 anos. Gleisi defendeu a necessidade de um debate amplo sobre o tema, que estava tramitando a toque de caixa graças a pressão da bancada da bala e de membros da bancada Evangélica.

Gleisi ressaltou que a solução para a violência está na melhoria das condições de vida da juventude, e que essa mesma juventude seria ainda mais vitimada pela nova legislação. De fato, o atlas da violência registra 59,080 homicídios em 2015 e na maioria deles as vítimas (53 por cento) tem entre 15 e 29 anos. E a situação é ainda mais grave em relação a população negra, a cada 100 assassinados 71 são negros.

Em São Paulo, segundo dados da polícia Civil liberados pelo DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), nos dois primeiros meses de 2017 o número de assassinatos pela Polícia Militar superava o número de casos de homicídios comuns: 60 de "resistência seguida de morte" contra 50. No primeiro semestre desse ano foram 459 assassinados no total, um recorde.

Não à toa, as Polícias militares publicaram uma portaria em setembro, assinada pela CNGG (Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal) em que defende o afastamento da Polícia Civil das investigações de crimes cometidos pelas polícias militares. No Rio de Janeiro uma preocupação a mais, o exército ocupa comunidades com tanques e ameaça algo pior do que já vemos.

A saída para o genocídio da juventude não está em seu encarceramento, onde menores estão expostos a violência psicológica e ao recrutamento das facções. Para combater o aumento da violência precisamos antes combater crise econômica que empurra milhões de jovens para o desemprego. O 6º Congresso do PT, que elegeu Gleisi presidente, apontou a saída: uma constituinte capaz de reformar o estado, por exemplo com a desmilitarização da polícia militar assassina.

Washington Alves

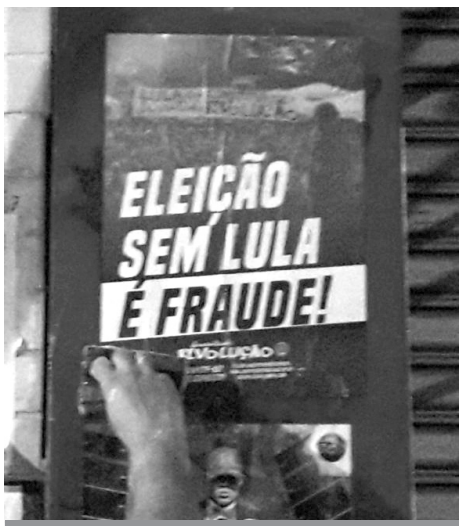
JR vai realizar plenária nacional

Atividade vai reunir representantes de núcleo de vários estados

A Plenária Nacional da Juventude Revolução (PNJR) acontecerá nos dias 21 e 22 de outubro de 2017, no Distrito Federal. Os núcleos estão se reunindo, por todo o país, para eleger seus delegados, discutindo a situação com base na convocatória do evento. A partir daí se inicia o calendário de arrecadação financeira independente, para garantir a autonomia política da Juventude Revolução.

O objetivo da PNJR é discutir a situação do país, ajudando a juventude a dar um passo na via da resistência contra as medidas dos golpistas. O fosso entre o povo e as instituições se abre cada vez mais. Os "podres poderes" tentam sobreviver, à medida que se amplia a rejeição popular. O Judiciário, que participou do golpe contra Dilma, condenou o presidente Lula sem provas e mantem preso o jovem Rafael Braga é o mesmo que decidiu permitir o ensino religioso, atacando a escola pública.

A convocatória da Plenária Nacional da JR afirma: "A Juventude Revolução, que nasceu solidária ao movimento de fundação do PT como instrumento político dos trabalhadores, não tem dúvidas que o ataque contra o próprio PT e Lula é também contra os trabalhadores e a juventude.".



12 setembro: colagem de cartazes na véspera do segundo depoimento de Lula em Curitiba

Por isso, a Juventude Revolução estava ao lado da massa de jovens que esteve com Lula na Caravana pelo Nordeste. A expressão da resistência dos jovens se concentrou naquela Caravana, em apoio ao ex-presidente Lula, que tem se pronunciado contra as medidas do governo golpista. E por isso também a JR participou na noite de 12 de setembro da colagem de cartazes (Eleição sem Lula é Fraude), na véspera do segundo depoimento de Lula em Curitiba.

Porque tentam impedir a candidatura Lula

Dias após dia, as famílias trabalhadoras veem ruir suas condições de vida e trabalho, num país jogado nas mãos de facções golpistas, a serviço do capital financeiro.

Enquanto o patrimônio nacional é dilapidado, os direitos aviltados, os serviços públicos dizimados, a democracia pisoteada por um Judiciário fraudador e ditatorial, as cúpulas das instituições que comandam esse desatino batem cabeça, mas buscam avançar - ainda que em meio a uma crise profunda - contra tudo que foi uma conquista da nação e dos trabalhadores, abrindo a perspectiva de um perigoso agravamento da situação.

O que vivemos aqui, é a face nacional de uma investida internacional contra as nações e os povos, como sentiu na carne o povo catalão, na criminosa repressão contra seu direito à autodeterminação, desferida por um estado monárquico a serviço do mesmo capital financeiro (ver pag.11), para o qual trabalham os golpistas no Brasil.

O governo e as instituições golpistas empurram o país ao desastre e ingredientes perigosos se manifestam.

O Judiciário cada vez mais se arvora a um poder absoluto. Num Congresso Nacional desacreditado, prossegue a lambança contra o povo. E o "comandante em chefe" da lambança, do alto dos seus 97% de rejeição popular, prossegue no assalto aos interesses da maioria do povo para manter-se na cadeira que usurpou com o golpe. Um ambiente no qual vozes das Forças Armadas colocam as manguinhas de fora à luz do dia, e se apresentam como alternativa.

Isto tem que parar! E quem pode deter esta tragédia é a resistência da classe trabalhadora e da maioria oprimida que não deixa de se manifestar.

SÓ A SOBERANIA POPULAR PODE DETER O DESASTRE NACIONAL

Como na Venezuela contra o cerco montado pelo imperialismo (ver pag. 12), os trabalhadores brasileiros buscam se defender.

Categorias entram em greve, como os trabalhadores do Correio e os professores do Rio Grande do Sul. Milhares se manifestaram no Rio de Janeiro, em 3 de outubro, aniversário da Petrobras, em defesa da soberania nacional. Por inciativa da CUT, uma campanha que pretende mobilizar mais de um milhão e trezentas mil adesões à exigência de anulação da contrarreforma trabalhista, ganha apoio dos trabalhadores.

Uma resistência que, como cada vez mais mostram as sondagens e manifestações como as da caravana ao Nordeste, vê em Lula e no PT a saída.

Sim, a única alternativa ao caos, palpável à maioria do povo trabalhador é Lula presidente para devolver tudo que está sendo roubado dos trabalhadores e da nação e destrancar o garrote das instituições que condenam a nação do atraso. O que coloca na ordem do dia para um novo governo de Lula, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, como decidiu o 6º Congresso do PT e foi reafirmado por seu Diretório Nacional recentemente reunido (ver pag. 4).

E justamente porque é esta a alternativa na qual cada vez mais setores da maioria oprimida buscam se agarrar, prossegue a perseguição encarniçada de Moro & Cia contra Lula. A cada confirmação do apoio popular a Lula e da preferência partidária ao PT, vem chumbo do Judiciário e da mídia. Tudo para viabilizar "legalmente" - como foi feito com o golpe contra Dilma - o impedimento de que Lula seja candidato, para cassar o direito do povo de votar.

Para ajudar na resistência que os trabalhadores manifestam através da sua luta direta, para deter a pilhagem do patrimônio e dos direitos, mais do que nunca é hora de reforçar: Eleição sem Lula é Fraude!

PESQUISA 1

As várias pesquisas eleitorais das últimas semanas seguem mostrando a ascensão de Lula e aumento da vantagem sobre seus adversários. Pesquisa recente do DataFolha mostra também crescimento da preferência partidária pelo PT.

PESQUISA 2

O DataFolha mostra Lula com 35% de intenções de voto, mais que o dobro que Bolsonaro e Marina. Mostra também, pela primeira vez, que Lula venceria Sergio Moro em um segundo turno. Essa mesma tendência é revelada em outra pesquisa do Ipsos que mostra que a rejeição ao juiz disparou nas últimas semanas, enquanto a de Lula diminuiu. A taxa de rejeição a Moro saltou para 45%. Importante notar que a pesquisa foi feita depois que o juiz Moro enquadrou Antônio Palocci no roteiro forjado pela Lava Jato.

Desde 1989, nunca Lula teve índices tão altos mais de um ano antes das eleições.

PESQUISA 3

O Datafolha mostra que o PT, massacrado pelo ataque da mídia, do golpe e do Judiciário no ano passado quando chegou a 9% na preferência partidária, recupera-se fortemente. Nas três últimas pesquisas DataFolha foi de 15% (abril) para 18% (junho) e agora 19% (setembro). Embora ainda abaixo dos 31% que teve em abril de 2012, o PT é de longe o que tem a maior preferência do eleitorado, quase quatro vezes mais que o PSDB e quase cinco a mais PMDB que registram 5% e 4%, respectivamente.

Dos que recebem até 2 salários mínimos, o PT tem 24% do eleitorado, contra 3% do PSDB. No Nordeste, o PT tem a preferência de 29% do eleitorado, contra 1% do PSDB.

PESQUISA 4

Já a pesquisa CNI/Ibope mostra Temer batendo recordes históricos, com 77% de rejeição. Suas políticas em todas as áreas – saúde educação, impostos ou meio ambiente são desaprovadas por mais de 79% da população.

Na área da saúde, a rejeição é de 86%. Resultado dos cortes nos programas Mais Médicos da Farmácia Popular e no cancelamento de auxílio doença.

A política de Temer para o desemprego é criticada por 85% da população e na área da educação, a reprovação chega a 81%.

As políticas para taxa de juros e de combate à inflação são rejeitadas por 87% e 81% da população, respectivamente.

Memória

PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DE ITAMARACÁ

No dia 1º de maio de 1979 o jornal O Trabalho lançava uma campanha nacional pela libertação dos presos políticos de Itamaracá. Todas as forças democráticas, populares, sindicatos, associações e personalidades foram chamadas a combater unitariamente para que todos os jovens trabalhadores que ali se encontravam fossem libertados. (...) Itamaracá foi escolhida por ser o símbolo dos horrores praticados pelo governo contra os trabalhadores, que exigiam anistia ampla, geral e irrestrita. (...) Assim, mais de 70 mil assinaturas foram recolhidas em todo o País (...). Foi com esse saldo que a primeira fase da campanha vai se encerrar com a entrega das assinaturas ao ministro da Justiça, dia 17 de outubro.

O Trabalho nº 33 – 1/10/1979

O PC chegou para combater as greves

Luta nacional contra o Ensino Pago

O pablismo contra a IV Internacional

TRABALHO

O TRABALHO

ABAIXO A PELEGADA

Legalidade para os partidos e organizações da classse operária

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Diretório sintonizado com o país

Reagindo à conjuntura difícil, resolução da nova direção nacional acompanha retomada do PT

Na sua segunda reunião, dias 21 e 22 de setembro, o DN eleito no Congresso de Junho adotou uma resolução positiva (abaixo), atualizando na conjuntura conquistas do 6o Congresso (Constituinte, por exemplo), com um balanço da Caravana de Lula que o torna "candidato irrevogável, Eleição Sem Lula é Fraude". Não apareceram adeptos do "plano B". O DN também abraçou a campanha da CUT pela revogação da reforma da CLT. Só a Articulação de Esquerda opôs outro texto, mas pareceu um protesto por não ser contemplada nos cargos da Executiva.

Ainda foi lançada uma campanha de filiação e apresentada a plataforma digital da Fundação Perseu Abramo, "O Brasil que o povo quer", para discutir programa de governo. Sobre o ex-ministro Palocci, disse a DN que "colocou-se a serviço da perseguição político-eleitoral que é movida contra a liderança popular de Lula e o PT, rompeu seu vínculo com o partido e descomprometeu-se com a sua militância", tendo sido suspenso do PT (mas dias depois se desfiliou).

Ainda não se discutiu o plebiscito do desgastado PED, apenas indicada uma comissão a respeito, assim como há questões sobre o futuro programa de governo.

Markus Sokol

Campanha de filiação é lançada na reunião do DN-PT, 21 e 22 de setembro

FILIAÇÃO, PREFERÊNCIA E RECONSTRUÇÃO

Em dez dias de Campanha de Filiação, segundo a Secretaria de Organização,1.896 pessoas pediram adesão ao PT. Quase um terço de São Paulo. E embora a maior parte tenha entre 30 e 44 anos (37%), chama a atenção a grande adesão de jovens (27%).

Também na pesquisa do Datafolha o PT se recupera. Ela confirma outras pesquisas, com Lula na frente em todos os cenários. A preferência pelo PT já foi 31% em 2012. Caiu a 9% em março de 2015 com frustração pelas medidas de ajuste fiscal do ministro Levy de Dilma (quando a direita saiu à rua), e estava em 9%, após as eleições, em dezembro de 2016.

Mas já em junho passado, quando do seu 6o Congresso, o PT atingiu 18% de preferência (ver pag.3). Tem a ver com o desgaste do golpismo, mas sobretudo com as posições que o PT tomou, depois que a base rechaçou o voto em Maia e se adotou algumas posições renovadoras no processo do Congresso, reafirmadas no último DN.

RESOLUÇÃO POLÍTICA (TRECHOS)

1 – A profunda crise que o Brasil vive não pode ser desvinculada dos graves conflitos que ocorrem no cenário global. A busca, pelos EUA e outras potências hegemônicas, de uma saída para a sua própria crise econômica, não resolvida desde 2007/08, se desdobra em uma crise de dominação política, com agressões que põem seriamente em risco a paz e a segurança dos povos. Na América Latina, um dos mais graves aspectos da ofensiva conservadora é o ataque aberto do governo Trump à soberania da Venezuela, com a cumplicidade do governo Temer e outros governos subordinados, que se recusam a reconhecer a legitimidade de instituições democraticamente eleitas como a Assembleia Constituinte e o direito do povo venezuelano à autodeterminação.

2 – A crise de credibilidade das instituições – Executivo, Congresso Nacional e Judiciário –, confirmada em todas as pesquisas de opinião, é consequência do golpe que rasgou a Constituição e da resistência democrática e popular às políticas de regressão históricas. O povo não vê nelas a resposta que busca para seus anseios de bem-estar e justiça social, e, ao contrário, vê as instituições cada vez mais cúmplices, desde o impeachment da presidente Dilma e com a perseguição ao presidente Lula, de uma manipulação por interesses espúrios, antipopulares e antinacionais, os mesmos que estão quebrando setores inteiros da economia e impondo à população sacrifícios sem fim.

A crise política e moral das instituições só será resolvida pelo voto popular soberano. Apenas um novo governo, legitimamente eleito, poderá liderar o processo de reforma do Estado, cada vez mais necessário, inclusive para enfrentar os beneficiários do atual sistema que se lançam como enganosa alternativa antidemocrática.

A solução para a crise começa pelas eleições diretas e passa também, como deliberou o 6º Congresso do PT, por "adotar medidas de emergência que encadeiem reformas estruturais, que só um governo Lula pode conduzir, e que enfrentem a crise do ponto de vista das classes trabalhadoras; é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que revogue as medidas antipopulares e antinacionais de Temer, reforme as instituições, realize a reforma tributária, a democratização dos meios de comunicação, a reforma agrária, com preservação ecológica, a reforma urbana e a proteção ambiental, a reforma do Judiciário, e assegure e amplie a oferta de empregos e a qualidade dos direitos sociais".

3 – O PT reafirma a opção irrevogável pela candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2018. Não há dúvida de que eleição sem Lula é fraude! O ataque a Lula configura um ataque à democracia brasileira, especialmente, ao direito inviolável de escolha da cidadã e do cidadão. As espetaculares manifestações de apoio popular à caravana Lula Pelo Brasil, em sua passagem pelo Nordeste, confirmam o que as pesquisas já indicavam: Lula é a única liderança política capaz de mobilizar a esperança do povo na retomada da democracia, do desenvolvimento e das conquistas sociais.

Setorial MG: resgatar os sindicalistas

Começa já na próxima Caravana de Lula

A chapa eleita "Unidade no partido, nenhum direito a menos" (onde o Diálogo e Ação Petista participa) quer trazer os sindicalistas para dentro do PT, inspirada no manifesto de 400 sindicalistas ao 5º Congresso. Carlos Magno, vice-presidente da CUT-MG, é o secretário sindical eleito.

Avaliando o resultado da caravana de Lula no Nordeste, o documento da chapa considera que a sua candidatura é a única capaz de avançar para revogar as medidas golpistas convocando uma Constituinte Soberana, que abra a via para às reformas populares e conclui indicando que os "sindicalistas precisam apresentar a discussão nos locais de trabalho e sindicatos e, a partir do Setorial, construir os meios (panfletos, pichações, cartazes), o que exige dar todo o lugar à defesa de Lula contra a sua perseguição, levantando que Eleição Sem Lula É Fraude! ".

Componentes da chapa junto com o Secretario eleito, realizaram uma breve reunião, onde discutiram dois temas: se reafirmou o envolvimento na campanha do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) pela Anulação da Reforma Trabalhista, uma oportunidade para conversar com o trabalhador no seu local de trabalho sobre o significado nefasto da contrarreforma, ao mesmo tempo em que reafirma o papel do sindicato na luta pela sua anulação, em defesa dos direitos; e a caravana de Lula em Minas, de 23 a 30 de outubro, onde se estabeleceu que os sindicalistas petistas estarão presentes com suas reivindicações e faixas com dizeres "para anular a reforma Trabalhista, Lula Presidente"; "para reverter as privatizações, Lula Presidente", entre outras, sempre associando à luta pela Constituinte Soberana, e reafirmando que Eleição sem Lula é fraude.

Sumara Ribeiro

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA
Militantes pela Reconstrução
de 5 a 19 de outubro de 2017
militante.petista.org.br

7º Encontro Nacional do DAP

Seguir na luta pela reconstrução do PT

Com cerca de 100 delegados, eleitos em dezenas de reuniões de grupos de base, e inúmeros convidados, o 7º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista (ENDAP) ocupa um lugar importante na luta pela reconstrução do Partido dos Trabalhadores. A participação da companheira Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, é um reconhecimento do papel que o DAP vem jogando, ao mesmo tempo que a presença do companheiro Raúl Ordóñez, deputado constituinte na Venezuela, põe em destaque os vínculos internacionalistas do nosso agrupamento.

O que esperar do 7º ENDAP? Convidamos quatro integrantes do Comitê Nacional do DAP (Misa Boito, Luiz Eduardo Greenhalgh e Markus Sokol, eleitos para o Diretório Nacional do PT, e Júlio Turra, membro da Coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos-AcIT) a manifestarem suas expectativas.

Internacionalismo

Julio Turra - Espero que o ENDAP reforce nossos laços com o Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos-AcIT (ao qual o DAP é ligado desde sua formação), que prepara sua 9ª Conferência Mundial Aberta em dezembro, em Argel, sob a bandeira da luta contra a guerra e a exploração, as duas faces da política do imperialismo diante da crise do sistema. A presença do companheiro Raúl Ordoñez, constituinte venezuelano eleito pela lista dos trabalhadores, dirigente sindical e militante do Coletivo Trabalho e Juventude, reforça o aspecto internacionalista do Encontro e ajudará no debate sobre a Constituinte, saída política necessária para o Brasil com Lula presidente.

Agir na base

Misa Boito - O Encontro deve ser um passo importante na batalha que vimos levando pela reconstrução do PT. Depois do 6º Congresso, temos apoio em suas resoluções e na expectativa que o povo trabalhador, que resiste os ataques em curso, deposita em nosso partido. A discussão deverá realçar o papel que o DAP vem jogando e que deve aprofundar, para ajudar a superar, de uma maneira positiva, a crise do PT. O encontro deve avançar na construção dos grupos de base do DAP e reforçar a sua política de finanças, para que assim a gente possa vitaminar a luta para que o PT se coloque à altura da responsabilidade que tem de tirar o país desta terrível situação.

Unidade

Luis Eduardo Greenhalgh - O Diálogo e Ação Petista representa hoje no PT uma referência de unidade, companheirismo e solidariedade. O DAP tem hoje interlocução com o conjunto dos militantes do PT, independentemente da corrente da qual façam parte. Essa interlocução se faz em torno da política que tem como eixos a defesa da candidatura Lula, a defesa dos companheiros atingidos pela perseguição da Lava Jato e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que possa reconstruir o país com novas instituições. Por isso, este Encontro Nacional do DAP assume uma grande importância na presente conjuntura.

Emancipação

Markus Sokol - Em agosto de 2016, impeachment e véspera da derrota eleitoral, auge da crise que ameaçava o PT, lançamos o Manifesto pela Reconstrução. Depois, nos jogamos no processo do Congresso do PT, com várias bandeiras acolhidas- a luta pela Constituinte ligada à candidatura de Lula, uma política de alianças "antiimperialista" e relação própria do partido com a FBP- sem que, por isso, todos os problemas estejam resolvidos, como o balanço da conciliação, revisão do PED e programa de governo. Espero que o Encontro avalie nossas forças e fraquezas e afirme os passos do DAP para ajudar o PT a ser o real instrumento da emancipação da classe.

Julio Turra

Misa Boito

Luis Eduardo

Markus Sokol

Grupos de base elegem delegado em vários estados

Nos dias 7 e 8 de outubro estarão em São Paulo, no encontro nacional, representantes de vários grupos de base, que estão se reunindo. Encontro autofinanciado, as viagens dos delegados estão sendo viabilizadas por atividades de arrecadação pelos próprios grupos de base. Abaixo, relatos enviados por nossos correspondentes.

Barueri (SP)

No dia 16 de setembro, na sede do Diretório Municipal do PT de Barueri (Grande São Paulo), 15 petistas reuniram-se para discutir o Encontro Nacional do DAP e tirar uma delegação.

Após a apresentação da convocatória do encontro, atualizando a conjuntura, feita por Misa Boito (do Comitê Nacional do DAP), foram feitas duas rodadas de intervenção, com várias inscrições. A fala de um companheiro, jovem trabalhador químico, resume bem o clima da reunião: "Vim aqui me unir a vocês porque o PT é a principal conquista que tivemos e temos de continuar lutando". Como iniciativa prática de luta, a reunião discutiu e decidiu engrossar nas fábricas da região a coleta de assinaturas ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular lançado pela CUT, pela revogação da contrarreforma trabalhista. Foram indicados dois delegados ao Encontro e dois observadores.

Pernambuco

Em 19 de setembro, na sede do PT-PE, ocorreu uma reunião dos 5 delegados eleitos pelos grupos de base (2 por Recife: Henrique, Edmilson; 1 por Jaboatão: Michele; 1 por Lagoa de Itaenga: Luis; 1 por Gravatá: Martins) mais 1 observador (Lula), convidado pelo DAP de Recife.

Nessa reunião discutiu-se a situação política, concluindo pela participação do DAP-PE no Encontro do Setorial Sindical e na campanha do projeto de lei de iniciativa popular pela revogação da reforma trabalhista. Foi dado um informe sobre a Conferência Mundial Aberta de Argel.

Uma nova reunião dos 5 delegados mais o observador seria realizada no dia 5 de outubro, para discutir um texto sobre a situação política e uma contribuição sobre a política de comunicação a ser enviada ao 7º ENDAP. O DAP de Pernambuco deve indicar um nome para compor o Comitê Nacional.

Rio de Janeiro

O DAP do Rio de Janeiro realizou em setembro duas reuniões preparatórias ao Encontro Nacional, uma na capital e outra em Volta Redonda.

A reunião da cidade do Rio, em 14 de setembro, aconteceu depois de uma atividade de panfletagem, onde ficou claro que as ruas não rejeitam o PT. Na discussão sobre a situação política foram realçadas a necessidade da defesa dos movimentos sociais e o sucesso da caravana do Lula, mas a presença de Renan Calheiros sofreu críticas; constatou-se que as pessoas cada vez mais reconhecem a perseguição feita ao PT. Foi eleito como delegado o companheiro Adilson. Decidiu-se passar um livro ouro nos mandatos petistas e nos encontros setoriais a fim de viabilizar a ida do companheiro.

Em Volta Redonda, no dia 12, discutiu-se a situação nacional, os resultados do 6º Congresso, como ponto de apoio para apontar uma saída para o país. Após essa abertura, feita por Jeffei, o debate foi aberto. Solange, membro da executiva do PT municipal, compareceu ao DAP e também abriu debates sobre problemas do próprio diretório. Foram eleitos como delegados Jeffei e Beto. Foi também feita uma arrecadação entre os presentes para a ida ao Encontro.

Cresce greve da educação no Rio Grande do Sul

Apesar do governo aumentar pressão, o movimento se fortalece

A greve dos professores e funcionários de escola do Rio Grande do Sul contra o parcelamento e congelamento dos salários completou um mês no último dia 4. Uma assembleia com mais de sete mil trabalhadores (em 29 de setembro) reafirmou a continuidade do movimento e ao final marchou rumo ao Palácio Piratini, sede do governo do estado, agrupando outras categorias pelo caminho reunindo mais de 20 mil pessoas.

O governo respondeu ao ato com o anúncio do corte do ponto, o que incendiou ainda mais a categoria. Acuado, aumentou a pressão ameaçando demitir professores com contratos temporários. A CUT/RS orientou os sindicatos filiados a se integrarem nas atividades do movimento e organizarem comitês de solidariedade.

Porto Alegre: depois de assembleia professores vão em passeata ao Palácio do governo

Acordo da dívida com Temer aprofunda a crise

Enquanto o governo enfrenta a maior greve do magistério, Sartori negocia com Temer a adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal. O plano prevê a privatização de seis estatais, a proibição de contratação de novos servidores, a prorrogação do aumento das alíquotas do ICMS e o congelamento de salários no mínimo até 2020 em troca da suspensão temporária do pagamento da dívida.

Ocorre que hoje a dívida já não é paga em função de uma medida liminar e, mesmo assim, o governo afirma não ter dinheiro para pagar os salários em dia. Quando a dívida foi federalizada ela era de R$ 10 bilhões, o Estado já pagou R$ 25 bilhões e ainda deve cerca de R$ 50 bilhões. Esta renegociação acrescentaria a dívida mais R$ 20 bilhões, uma agiotagem sem tamanho.

O CPERS/Sindicato (sindicato dos professores da rede estadual) aprovou na última assembleia a necessidade de uma auditoria da dívida a fim de provar que ela já foi paga e repaga. Na realidade o Rio Grande do Sul é credor da União. Somente em crédito da Lei Kandir a União deveria ressarcir o Estado em 48 bilhões de reais. A título de comparação, a folha de pagamento mensal dos servidores do executivo, na sua maioria professores e policiais, é de R$ 1,3 bilhões.

É urgente organizar a solidariedade à greve, como propõe a CUT/RS. Inclusive material, pois a situação dos professores e funcionários da rede estadual gaúcha, beira à penúria.

Marcelo Carlini

Greve nos Correios ganha corpo

Movimento ganha adesões em todo o país

Movimento grevista vai ganhando adesão no país

No fechamento desta edição o Tribunal Superior do Trabalho ainda não havia decidido se confirmava ou não a decisão liminar adotada em 29 de setembro e questionada pela Fentect (federação da CUT) de abusividade da greve dos trabalhadores dos Correios (ECT) deflagrada em 19 de setembro.

Ao mesmo tempo a greve se fortalecia em todo o país. Em São Paulo, os grevistas concentraram-se no MASP, Avenida Paulista, reafirmando a disposição de luta da categoria. É bom lembrar que o sindicato paulista é filiado à Findect, da CTB, que tinha aceitado 3% de reajuste, contra os 8% reivindicados pela Fentect-CUT. Foi a assembleia de 29 de setembro, com 4 mil trabalhadores, que deflagrou a greve, passando por cima da posição da diretoria (composta por CTB e UGT).

Segundo Mizael Cassimiro, da oposição cutista em São Paulo e diretor da Fentect, a empresa tenta arrastar as negociações da campanha salarial para depois de 11 de novembro, quando entra em vigor a contrarreforma trabalhista de Temer, para romper com os benefícios conquistados nos acordos coletivos anteriores.

Além da pauta salarial, a greve é contra a privatização dos Correios e contra uma mensalidade para a assistência médica que a ECT quer implementar.

Em 3 de outubro os trabalhadores dos Correios fizeram uma concentração em Brasília, enquanto seus companheiros do Rio engrossavam o ato e passeata contra as privatizações e em defesa da soberania nacional, ao lado de petroleiros, eletricitários e servidores de outras empresas públicas ameaçadas (ver pag. ao lado). A luta continua e merece toda a solidariedade do conjunto da classe trabalhadora.

Um passo na luta pela moradia

Ocupação em V. Maria (SP) exige posse

O Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria, que dirige a Ocupação Douglas Rodrigues, (zona norte da capital paulista), onde vivem duas mil famílias, teve uma audiência no Palácio do Planalto, dia 29 de setembro, convocada pela Casa Civil da Presidência da República. A reunião contou com a presença da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Deputada Érika Kokai (PT-DF) da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, um assessor da Deputada Federal Renata Abreu (Podemos-SP), das advogadas do Movimento Dra. Juliana Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Dra Luiza Veloso (Defensoria Pública) e dos dirigentes da ocupação Nilda Dias, Jorge de Jesus e Henrique Ollitta.

Foi entregue aos órgãos federais uma Carta de apoio do Bispo da Arquidiocese de São Paulo Dom Sergio de Deus e outra, de 17 vereadores de São Paulo de 10 diferentes partidos, pedindo a desapropriação Federal.

O Dr. Renato Vieira (Casa Civil), propôs constituir, através de uma Portaria a ser publicada, um grupo de trabalho com os ministérios da Casa Civil, Fazenda, Cidades, da AGU e Secretaria de Governo e Justiça, para o qual serão convidados o Estado e a Prefeitura de São Paulo. O objetivo é incorporar o imóvel ao Patrimônio da União, em função de débitos tributários.

A Portaria será apresentada ao Poder Judiciário Paulista onde tramita a ordem de reintegração de posse, momentaneamente suspensa. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal virá ao Tribunal de Justiça de SP para formalizar sua preocupação com o caso.

Quatro anos de luta

A área de 50 mil metros quadrados é de propriedade de uma empresa de fachada, parte de um grupo fraudador do fisco federal. A Fazenda Nacional cobra uma dívida de R$1 bilhão.

A Douglas Rodrigues luta pela moradia digna há quatro anos e, desde 2014, começou uma negociação com o governo federal. A ida da delegação a esta audiência, foi organizada em uma assembleia com mais de 500 moradores, com arrecadação recursos e o mandato central pela incorporação do imóvel à União e sua destinação à habitação popular.

O resultado positivo da audiência revela a força organizada das famílias e o acerto do longo trabalho político de articular o apoio de diversos movimentos, sindicatos, da CUT, de partidos políticos e organizações religiosas, lutando contra um isolamento que enfraqueceria o Movimento perante os organismos de estado. Agora continua a cobrança para que as medidas anunciadas na reunião em Brasília se efetivem.

Correspondente

Pela anulação da reforma trabalhista

Campanha lançada pela CUT chega aos locais de trabalho e ganha adesão em todo o país

Está na praça o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip) pela anulação da lei 13.467 – a reforma trabalhista - e a lei da terceirização. Iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com o objetivo de coletar mais 1,3 milhão de adesões e fazer a entrega ao Congresso Nacional em 8 de novembro, três dias antes do início da vigência da reforma.

A coleta de adesão acontece nos locais de trabalha, em praças, feiras e outros locais públicos. Em Santa Catarina, o sindicato dos servidores municipais pegou assinaturas na assembleia da campanha salarial da Comcap, autarquia responsável pela limpeza urbana. Em Brasília, a CUT DF e o Sindicato dos Rodoviários montaram banquinha na Rodoviária do Plano Piloto, em terminal do metrô, na assembleia dos rodoviários, e planejam organizar nos terminais de ônibus. Em Salvador, trabalhadores decidiram montar um Comitê, e uma vez por semana, fazem a coleta nos pátios internos do Centro Administrativo da Bahia. Em Juiz de Fora (MG), os sindicatos cutistas se revezam para, além de visitar suas categorias, manter atividades no principal calçadão da cidade.

Diálogo com os trabalhadores

Em Belém, o local escolhido pela CUT Pará, bancários e integrantes da Frente Brasil Popular foi a feira do Ver-o-Peso, onde passam diariamente mais de 50 mil pessoas. Márcia Cardoso, que que é vendedora na feira, assinou. "É pelo meu marido e meus filhos que trabalham de carteira assinada que estou assinando. Eles e muitos outros trabalhadores podem perder seus direitos. Achei a iniciativa de vocês ótima e espero que consigam barrar essa 'reforma'" (Site da CUT).

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo discute com a categoria os pontos da reforma que se ligam aos seus problemas. Como em uma assembleia com jornalistas da Editora Abril que tratou das ameaças de demissão coletiva, onde os dirigentes sindicais explicaram que a partir de novembro, quando entra em vigor a lei 13.467, as empresas não vão precisar homologar nos sindicatos e vão poder pressionar por acordos prejudiciais aos trabalhadores. As dezenas de presentes apoiaram o Plip e apenas um não quis assinar.

Em geral, os relatos mostram grande interesse dos trabalhadores em aderir ao projeto.

"Nós estamos fazendo todo o possível para coletar assinaturas de forma correta. Para atingir o objetivo de ter um número equivalente à metade dos nossos filiados, estamos fazendo um acompanhamento diário" explicou o Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF, Oton Pereira Neves.

Rodoviários do DF coletam assinatura ao Plip

O Plip tem se mostrado um ótimo instrumento para dialogar com os trabalhadores, explicar os efeitos da reforma trabalhista e a necessidade de que ela seja revogada. A população não mostra ilusão neste Congresso. Mas considera que a sua assinatura é uma forma de protestar e manifestar seu apoio a mobilizações. É o caso de Bruno Souza, trabalhador da fábrica de calçados Dass, em Vitória da Conquista (BA), que acredita que "Estão tirando nosso pão. Deveriam tirar o deles. Nós sofremos muito vivendo nas periferias, nos bairros pobres. O povo precisa sair para a rua, lutar pelos direitos, não entregar o Brasil na mão desses criminosos. Por isso assinei para anular a reforma trabalhista"

Petistas se somam à campanha

No Bairro da Paz, em Salvador, o Diálogo e Ação Petista (DAP) decidiu colher assinaturas num domingo de manhã. A atividade virou uma verdadeira discussão política com os moradores, que se posicionaram contra o governo Temer e levantaram demandas do bairro. O DAP também organizou uma coleta adesões em São Paulo, no terminal de ônibus Vila Nova Cachoeirinha, numa quinta no final da tarde. Mesmo com pressa para pegar a condução, muita gente parou para assinar.

Priscilla Chandretti

No Rio de Janeiro, pela soberania nacional

Em 3 de outubro, Ato Nacional em defesa das empresas públicas

Neste dia 3 de outubro, em comemoração aos 64 anos da Petrobras, maior empresa pública do país, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o ato em defesa das empresas públicas. Com a presença de Lula, o ato contou com a participação de 10 mil manifestantes, militantes de movimentos sindicais e sociais. A CUT, presença majoritária, mobilizou diferentes categorias, com destaque para os petroleiros e os eletricitários. A CTB também esteve presente, além da UNE, MST, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e uma delegação de trabalhadores da Casa da Moeda. Funcionários da Cedae, empresa pública de águas e esgoto do estado do Rio, que está para ser privatizada pelo ajuste fiscal de Temer-Pezão, levaram bandeiras e cartazes em defesa dos empregos, contra a venda da estatal. Professores da rede pública, antes de se integrarem ao ato, fizeram manifestações diante da prefeitura para exigir de Marcelo Crivella (PRB) melhores condições de trabalho e fim do racionamento do lanche nas escolas.

Rio 3 de outubro, ato em defesa da soberania nacional

Resistência contra a privataria golpista

Este ato tem importância neste cenário de ataque dos golpistas contra o patrimônio público e a soberania nacional. O ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho, disse que o governo quer decidir o modo de venda da Eletrobras até meados de outubro. Louco para mostrar serviço ao imperialismo, Paulo Pedrosa, secretário do MME, disse que o "leilão mostra a atividade do país no cenário internacional" (O Globo, 27/09).

Deputados da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, do Congresso Nacional, como Patrus Ananias (PT/MG), Celso Pancera (PMDB-RJ) e Wadih Damous marcaram presença no ato, além de deputados do PCdoB, PSOL e PDT. Vagner Freitas (CUT) disse que "precisamos revogar as medidas dos golpistas" e que "eleição sem Lula é fraude". João Paulo Rodrigues (MST) falou pela FBP e saiu na defesa de Lula: "é preciso defender Lula contra o partido da Lava Jato. Avisa o Moro que mexeu com Lula, mexeu com o povo".

Defesa da soberania e dos direitos

Lula fechou o ato com discurso de defesa das estatais: "é preciso dizer aos que estão vendendo o Brasil que não é possível abdicar da Petrobras, da Eletrobras, do BNDES, da Casa da Moeda e da Caixa Econômica Federal". E disse: "A Petrobras não é só indústria de petróleo, é instrumento de desenvolvimento. Foi o investimento em ciência e tecnologia que nos permitiu buscar petróleo a sete mil metros na maior descoberta do século".

Lula criticou a reforma trabalhista: "os empresários de Nova York acham que os golpistas fizeram pouco com essa reforma trabalhista, querem que voltemos à escravidão, mas nós não vamos voltar" e disse ainda: "a violência não está na Rocinha, está na elite deste país". Lula também afirmou:: "quando eu voltar à presidência, vou fazer a democratização dos meios de comunicação" e arrematou: "o povo vai voltar a governar este país".

Além do Rio, aconteceram manifestações em defesa das estatais e contra as reformas dos golpistas em Belém, Brasília, São Paulo e Florianópolis.

Francine Iegelski

Tribunal aumenta a pena de Zé Dirceu

Vaccari foi absolvido, mas continua preso

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu aumentar a pena do companheiro Zé Dirceu, dos 20 anos e 10 meses que o juiz Sérgio Moro havia decidido, para 30 anos e 9 meses. A condenação foi por "corrupção passiva e lavagem de dinheiro", em ação que envolve a empreiteira Engevix.

Um dos desembargadores, João Pedro Gebran Neto (que teria relações de amizade com Moro) queria mais: propôs aumentar a pena para 41 anos, o que não foi aceito pelos outros dois integrantes do julgamento. O TRF-4 é a instância que decide sobre os recursos dos processos da Lava Jato.

Com base em que provas Zé Dirceu foi condenado? Nenhuma. É o próprio Gebran que o admite, ao escrever em seu voto: "Embora nestes casos dificilmente haja provas das vantagens indevidas, adoto a teoria do exame das provas acima de dúvida razoável". Se há dúvida, não poderia haver condenação. Pelo princípio da presunção de inocência, toda pessoa é inocente até que se prove que praticou algum crime.

Estado policial

No mesmo processo, o TRF-4 absolveu o companheiro João Vaccari – que Moro havia condenado a 9 anos de prisão. Nem os desembargadores aceitaram os argumentos de Moro, que se baseou apenas em delações, sem comprovação alguma de ato ilícito do ex-tesoureiro do PT. Ainda assim, Vaccari permanece preso, por causa de outros processos, contra os quais sua defesa apresentou recurso, e que não justificam a manutenção da prisão preventiva.

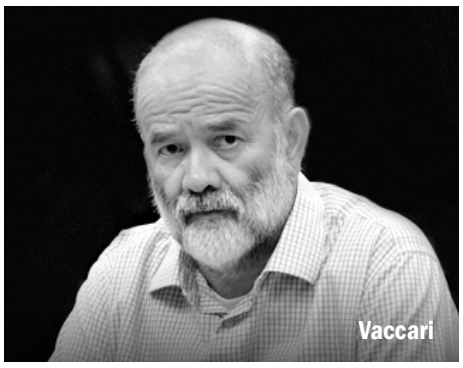
A impressão que fica, com o absurdo aumento de pena de Zé Dirceu e a manutenção de Vaccari na cadeia, é que a Lava Jato resolveu elevar o tom, depois do impacto político da vitoriosa caravana de Lula no Nordeste. Os integrantes da operação não se pautam pelo que está nos autos dos processos, e sim pela avaliação de como utilizar o Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) em seu objetivo de criminalizar o PT e Lula.

Nesse caminho, vale tudo, até a carta de Palocci dirigida ao PT. Um texto provavelmente escrito ou ditado pelos membros do MPF, mas em que, de toda forma, Palocci assina tudo o que seus algozes exigem e se coloca fora do partido.

A manipulação, a violência e o crescimento das medidas de exceção típicas de um Estado policial se acumulam. Um de seus resultados mais trágicos foi o suicídio do professor Luiz Carlos Cancellier (ao lado), vítima do que já foi chamado de "lavajatismo". Mais do que nunca, é preciso exigir: liberdade para Zé Dirceu e Vaccari! Pelo fim das perseguições!

Cláudio Soares

Zé Dirceu


Vaccari

QUEM RESPONDERÁ PELA MORTE DO REITOR?

O professor Luiz Carlos Cancellier, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), suicidou-se no dia 2, em Florianópolis. Deixou um bilhete, no qual registrou: "Minha morte foi decretada no dia de minha prisão". Ele havia sido preso, a pedido de uma delegada da Polícia Federal, por supostamente "obstaculizar investigações" sobre fraudes que teriam ocorrido na universidade entre 2008 e 2014. Cancellier assumiu o cargo de reitor apenas em 2016.

A prisão, decretada antes mesmo que fosse chamado a prestar esclarecimentos, ocorreu no padrão de arbitrariedades consagrado pela Lava Jato, inclusive o aparato de mídia, que o condenou por antecipação. Ao ser detido, o reitor foi despido e submetido a outras humilhações. Depois de solto, a Justiça proibiu-o até mesmo de ir à UFSC. Seus amigos dizem que a situação o levou a um estado de profunda depressão.

A reação de vários setores democráticos contra essa odiosa perseguição a um profissional dedicado e respeitado foi imediata. Em seu velório, na UFSC, uma faixa estampava: "Aqui mais uma vítima do estado de exceção e sua mídia".

A nota oficial divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirma: "É inadmissível que o país continue tolerando práticas de um Estado policial, em que os direitos mais fundamentais dos cidadãos são postos de lado em nome de um moralismo espetacular. É igualmente intolerável a campanha que os adversários das universidades públicas brasileiras hoje travam, desqualificando suas realizações e seus gestores, como justificativa para suprimir o direito dos cidadãos à educação pública e gratuita".

Atropelo do STF aprofunda crise institucional

Decisão sobre seu parceiro no golpe, Aécio, é mais um passo para a ditadura do Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu condenar o senador Aécio Neves (PSDB-MG), afastando-o do mandato e exigindo seu recolhimento noturno, por medida cautelar. Aécio é, sem dúvida, um golpista corrupto indefensável. Mas tal decisão representa um grave e autoritário atropelo do Judiciário.

O STF, que já havia feito o mesmo no caso do senador Delcídio (PT-MS) em 2015, repete a dose e se impõe cada vez mais como um poder ditatorial e acima da lei.

O Judiciário (cujos membros não foram eleitos por ninguém, é bom lembrar) pode até prender um parlamentar eleito, mas apenas em caso de flagrante delito. E mesmo neste caso, o parlamentar preso só pode perder o mandato com autorização do próprio Legislativo.

Tal regra, derivada do princípio da inviolabilidade do mandato eleito, é uma conquista democrática – arrancada justamente para evitar arbitrariedades judiciais, inclusive contra os representantes dos trabalhadores, aliás os mais visados.

O Judiciário brasileiro hoje, bem como no passado, é o centro nevrálgico do golpe. Para o que, aliás, em 2015/16, contou com o protagonismo de Aécio Neves. Justamente por não precisar se submeter ao escrutínio popular, o Judiciário recebe todo suporte das classes dominantes, da mídia e dos interesses do grande capital internacional para impor impunemente a vontade destes. Basta ver as arbitrariedades da Lava Jato contra Lula e o PT, bem como o apoio às próprias reformas contra os trabalhadores.

A posição do PT

O PT acertou, portanto, ao emitir uma nota, em 28 de setembro, condenando o arbítrio do judiciário e exigindo do parlamento "repelir essa violação de sua autonomia, sob pena de fragilizar ainda mais as instituições oriundas do voto popular". A nota exige ainda levar Aécio Neves ao Conselho de Ética, para que o Senado (e não o Judiciário) abra o processo de sua cassação e para que, aí sim, ele responda à "Justiça, pelos gravíssimos indícios de corrupção que o cercam - com base em provas, dentro do devido processo penal".

Sem mudar de posição, no último dia 3 o PT votou para devolver a batata quente ao STF, adiando para o dia 17 a votação da decisão sobre Aécio. No próximo dia 11, o STF julga se a Câmara e Senado tem o poder de revogar medidas cautelares contra parlamentares.

Para condenar a extrapolação da Constituição pelo STF, a nota do PT não precisava terminar com a "defesa da Constituição" em geral. Afinal, ela manteve essas instituições com certas regras herdadas da ditadura, instituições cada vez mais deslegitimadas frente ao povo, Judiciário inclusive.

Apesar do que pretende o ministro do STF, Luis Fux: "A situação que está aí leva o Brasil ao naufrágio, e só o Poder Judiciário pode levar nossa nação a um porto seguro." (Estadão, 28/09) - é o programa da ditadura do Judiciário.

Alberto Handfas

Miserável reforma eleitoral

Sem consenso nas elites, não mudou muita coisa

Estão terminando as votações no Congresso das mudanças na legislação eleitoral, mal chamadas de reforma política. Tudo deve ser votado duas vezes nas duas casas até dia 7 para valer em 2018.

Felizmente, a falta de acordo na classe dominante, levou à rejeição das propostas mais ousadas - o voto distrital misto ou o chamado distritão - que deixariam a legislação ainda mais retrógrada, favorecendo os caciques das legendas e os aventureiros (esportistas, artistas etc.) em detrimento do voto em plataformas.

Fim das coligações

No dia 3, o Senado aprovou o fim das coligações nas eleições proporcionais. A medida evita que o voto no candidato de um partido termine elegendo outro, de um partido "coligado". Também retirou a figura da "federação de partidos" que vinha da Câmara, um subterfúgio para a coligação. Mas a medida só valerá em 2020, até lá a regra pode até voltar.

Clausula de desempenho

A outra proposta aprovada no Senado, de autoria do periclitante Aécio Neves (PSDB), é a "cláusula de desempenho" que condiciona a um percentual mínimo de votos, o acesso dos partidos ao fundo partidário, ao tempo de TV e rádio e ao "funcionamento parlamentar" no Congresso. O percentual aumentará gradualmente, começando em 1,5% dos votos já em 2018 até chegar a 3% em 2030.

A pretexto de diminuir o número de partidos - hoje 29 - a medida é antidemocrática: o PT, por exemplo, teria tido mais dificuldade de crescer se a cláusula existisse quando ele nasceu. É o eleitor, pelo voto, quem deve depurar o "mercado partidário", induzido pelo regime de balcão de negócios no Congresso. A "cláusula" tenta organizar esse mercado em favor dos grandes, aliás, como acontece nos mercados em geral.

Fundo eleitoral

Em paralelo, proibida a doação de empresas, a Câmara votou o projeto de Fundo eleitoral público que vem do Senado. Segue a discussão das regras de aplicação. Não se trata de um Fundo exclusivo, como deveria ser para moralizar o processo, pois continuam autorizadas doações individuais e o autofinanciamento, cujos tetos não se sabe ainda - o fundo pode acabar sendo o piso, acima do qual se exerce o poder econômico.

Candidaturas avulsas

Com parecer favorável de Raquel Dodge, a nova procuradora geral, o Supremo Tribunal Federal resolveu pautar a discussão de um recurso em favor de candidaturas sem partido, avulsas. Ao contrário de ampliar os direitos de representação, o avulso traz o viés de despolitização do "distritão" em favor dos aventureiros, e esvazia os partidos, essenciais para a democracia.

A reforma necessária

A classe dominante precisava mudar algo das instituições desmoralizadas para continuar tudo como está, as contrarreformas e a corrupção, mas, de fato, não conseguiu mudar muito.

O último Diretório do PT constatou que "o Congresso Nacional, a cada dia vê sua legitimidade se esvair", na mesma resolução que retoma a bandeira da Constituinte (v. pág. 4). Ele deve tirar a consequência: destacar na campanha eleitoral de Lula e do PT, o debate desta profunda reforma das instituições do Estado, que inclui o voto unicameral (fim do Senado), proporcional (1 eleitor = 1 voto), voto em lista e fundo público exclusivo.

Temer 3% tenta se safar

Para barrar denúncia, abre os cofres aos deputados-comparsas

Jantar oferecido com dinheiro público por Temer aos deputados-comparsas, na véspera da votação da primeira denúncia

O golpista Temer, com seu estrondoso índice de impopularidade de 97%, o que coloca em xeque sua capacidade de entregar aos patrões tudo que encomendaram ao manietar o golpe, é alvo de uma segunda denúncia por parte do Ministério Público. Para se safar na Câmara Federal desta segunda denúncia como fez na primeira, Temer abre as portas do Palácio do Planalto e os cofres públicos para seus deputados-comparsas se locupletarem às custas do povo.

Na primeira denúncia, 4 bilhões foram desviados na compra dos votos que impediram o prosseguimento da investigação.

Após a apresentação da segundo denúncia pelo então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, em 14 de setembro, a farra entre o Palácio do Planalto e os deputados-comparsas começou de novo.

Sem cerimônia, Temer abriu sua loja de oportunidades, para comprar deputados com dinheiro público, com as chamadas emendas para parlamentares.

Segundo dados da Comissão Mista de Orçamento, publicados pelo UOL, "o Planalto autorizou o empenho de 80,6% das emendas em setembro, após a apresentação da segunda denúncia". Num valor total de R$272,7 milhões, o valor autorizado a partir de 14 de setembro representa R$219,9 milhões.

Entram ainda na prateleira deste balcão de negócios, favorecimentos para bancadas representantes das oligarquias, Medidas Provisórias, como a do Refis (negociação de dívida com a Receita Federal), e distribuição de cargos no governo.

"Maratona de rotina"

Na operação para se safar da denúncia, no último dia 3, em apenas 12 horas, Temer recebeu no Planalto 53 deputados-comparsas e explicou que se tratava de uma "maratona de rotina" (UOL). Tem razão. A corrupção é o dia a dia da relação entre Temer e seus deputados-comparsas.

E é possível, aliás o mais provável, que Temer, como na primeira denúncia, seja salvo pela maioria de seus comparsas na Câmara Federal. Mas, como bem colocou o jornalista Jânio de Freitas " que legitimidade terá uma recusa da Câmara a processo criminal contra Temer, se obtida por mais práticas inescrupulosas do denunciado? "

A crise vai continuar

Temer pode conseguir continuar sentado na cadeira que não lhe pertence, com a maioria da Câmara comprada votando a seu favor. Mas, no dia seguinte, seguirá confrontado à crise que já empantanou os planos golpistas. Como a reforma da Previdência, menina dos olhos do golpe para liberar recursos para a especulação financeira, sucessivamente adiada. E, como diz a CUT, se ousar "botar prá votar, o Brasil vai parar". A resistência dos trabalhadores que está na raiz da crise enfrentada pelos golpistas vai continuar.

Misa Boito

GOVERNO ILEGÍTIMO DESPERTA APETITES PERIGOSOS

Primeiro veio a público, através de um vídeo, a fala do General Antonio Hamilton Mourão, secretário de Economia e Finanças do Alto Comando, em uma reunião de uma Loja Maçônica, admitindo a possibilidade de uma intervenção militar.

Depois, foi a vez de ninguém menos que o comandante do Exército brasileiro, Eduardo Villas Bôas, que não puniu Mourão, declarar em entrevista a Pedro Bial que "o Exército se destina à defesa da pátria e das instituições. Essa defesa poderá ocorrer por iniciativa de um dos poderes, ou na iminência de um caos. As Forças Armadas têm mandato para fazer". Mandato que não existe na Constituição, não foi por acaso que no dia seguinte a Globo ocupou todo tempo do Jornal Nacional para mostrar o caos instalado na Rocinha no Rio de Janeiro, e o Exército como salvador.

Agora o General da reserva, Luiz Eduardo Rocha Paiva, escreve que a situação "em médio prazo poderá levar as Forças Armadas a tomarem atitudes indesejadas, mas pleiteadas por significativa parcela da população" (Estadão 4/10)

Enquanto Temer faz suas negociatas, essa sucessão de declarações mostram o caldo perigoso que vai se formando no país.

Plebiscito no Chile rejeita AFP

Trabalhadores querem o fim do sistema privado dos fundos de pensão

Os primeiros resultados computados indicam que 1 milhão de pessoas participaram do plebiscito convocado no Chile pela Coordenação Nacional de Trabalhadores (CNT) Não Mais AFP, entre 29 de setembro e 1º de outubro. O número é superior ao da votação nas primárias dos candidatos à Presidência da República. Entre os votantes do plebiscito, quase 97% votaram contra as AFP (sigla de Administradoras de Fundos de Pensão, sistema de capitalização individual instituído pela ditadura chilena em 1981, depois da privatização da Previdência – NdR).

Havia grande expectativa no mundo político e social diante desse ato mobilizador organizado pela CNT Não Mais AFP. Como os meios de comunicação formais não difundiram notícias a respeito, as organizações sindicais e sociais fizeram isso em todo o país, os meios alternativos acompanharam desde o início da campanha e os candidatos a presidente foram interpelados a pronunciar-se, nos diversos debates de que participaram.

No início do ano, um dos objetivos traçados pela CNT era evitar que a campanha se tornasse invisível, diante da campanha eleitoral. Isso foi conseguido até o momento, o que obrigou os candidatos a tocar no tema. As AFP, de sua parte, tentaram limpar a sua imagem, realizando grandes campanhas publicitárias, nunca vistas nos 36 anos de sua existência – campanhas que certamente foram pagas com o dinheiro dos trabalhadores.

As autoridades comunais, regionais e de governo reagiram de diversas maneiras. Algumas não concederam nenhuma facilidade para a realização do plebiscito, outras não se pronunciaram e houve também, em menor número, as que apoiaram totalmente.

Grande participação

Após a meia-noite do dia 28, constituíram-se em todo o Chile mais de 2 mil mesas de votação, em sindicatos, associações de bairro, organizações sociais, com muitos voluntários e muita vontade, principalmente.

Ressalto nessas três jornadas de votação a grande participação dos jovens, que nas últimas eleições não haviam comparecido. Muitos deles disseram que era a primeira vez que votavam. Houve também muita participação dos mais velhos, que são os que sentem agora os efeitos negativos do sistema.

Os imigrantes residentes participaram com entusiasmo do plebiscito, já que se informaram sobre como operam as AFP e as compararam com seus países de origem. Outro feito foi a constituição de mesas eleitorais no exterior, como na Austrália e na Suécia, para nomear alguns países.

A CNT declarou que o processo foi um êxito. Com 96,78% de rechaço ao atual sistema, numa primeira contagem, se instalou o desejo dos trabalhadores de ter uma sociedade solidária, que respeite os idosos, que outorgue aposentadorias dignas a todos os chilenos.

Queremos ter no Chile uma real seguridade social para todos e todas, queremos ter um sistema solidário, tripartite e de repartição. Queremos que o dinheiro dos trabalhadores seja utilizado no Chile e não na roleta da bolsa mundial. Não queremos que se financiem empresas de reputação duvidosa, que causam danos ao meio ambiente ou que estão relacionadas ao armamentismo e que indiretamente servem para patrocinar guerras.

Javier Márquez, de Santiago

O que há de histórico na eleição da Alemanha

Ruptura da grande coalisão deixa classe operária mais livre para se defender

Nas eleições legislativas alemãs, em 24 de setembro, a imprensa e certa "esquerda" destacam como "fratura histórica" a votação da extrema direita (Alternativa para a Alemanha-AFD) que obteve 12,6% dos votos (7% a mais que em 2013).

Olhando mais criticamente, porém, o que ressalta de histórico é o desastre eleitoral dos partidos da chamada "grande coalisão": o Partido Social-Democrata (SPD) de Martin Schulz, obteve 20,5%, queda de 5% em relação a 2013. A União Democrata Cristã e a União Social Cristã (CDU-CSU que, juntos, são o principal partido da burguesia), de Angela Merkel, obteve 33%, caindo 9%.

A aliança de governo do SPD com o CDU-CSU (grande coalisão) ocorreu no primeiro mandato de Merkel (2005-2009) e neste terceiro, que está se encerrando (2013-2017).

A linha do SPD era "protestar, corrigir e fazer o acompanhamento social" da política de austeridade, a serviço do capital financeiro.

A violenta rejeição da maioria da população à destruição de conquistas históricas do estado de bem-estar social fez o partido de Merkel ter seu pior resultado desde 1949. E o SPD o pior desde 1945. Essa profunda derrota torna impossível para a direção do SPD manter o partido na grande coalisão.

Não se confirmou o esperado aumento da abstenção, ao contrário votaram 5% mais que em 2013. A rejeição ao sistema político tomou a forma do voto de protesto que carreou para a AFD três milhões de novos eleitores.

Mas não se trata de um "giro à direita". Foi uma sanção à aliança governamental espúria que o SPD fez com Merkel e que levou os sindicatos a fazer o "acompanhamento crítico" das políticas de austeridade, como o desmantelamento dos acordos coletivos de trabalho.

Agora, abre-se uma situação de profunda incerteza e Merkel terá enorme dificuldade para montar um novo governo. A resistência dos trabalhadores tenderá a desembocar em novas mobilizações e greves se apropriando dos seus sindicatos que não mais estarão sob a pressão de um SPD participando do governo.

Correspondente

Terremotos no México

Declaração da OST

"As consequências materiais e sociais desses terremotos [7 e 19 de setembro] são um produto social: o desmoronamento de 3 mil escolas em Chiapas e Oaxaca, o colapso de centros de saúde, hospitais e clínicas e a perda de numerosas vidas humanas. Cortes e mais cortes sociais no orçamento federal e a corrupção da 'classe política' são a prioridade para PRI-PAN-PRD e seus pequenos aliados"

O povo mexicano, particularmente a juventude, como em ocasiões anteriores, como no terremoto de 1985, acorreu às ruas para levantar pedras, para tirar dos escombros seres humanos, para salvar vidas e levar alimentos e remédios, enquanto nos centros de saúde se fala de escassez.

O governo utiliza os terremotos para empreender uma campanha de propaganda, uma campanha de 'unidade nacional', quer dizer, de apoio a sua política. Mas Peña Nieto não pode apresentar-se diante das massas que estão na rua ajudando a resgatar vidas, porque seria rechaçado. Osorio Chong, secretario de governo atreveu-se a ir ao bairro operário da Cidade do México e foi obrigado a retirar-se aos gritos de 'deixe-nos trabalhar! ', 'fora daqui! '

Agora estamos frente às eleições presidenciais de 2018. Milhões de trabalhadores vão buscar através do voto derrotar o PRI, coluna vertebral do regime, votando por López Obrador, visto por setores importantes das massas como um ponto de apoio para combater pelas reivindicações e para defender a escola pública, a estabilidade no emprego, nossa riqueza petroleira e o sistema público de saúde.

"Estamos organizando uma reunião de trabalhadores no dia 28 de outubro, para discutir a situação do país, para definir uma posição nas eleições de 2018 e para apoiar a Conferência Mundial Aberta que será realizada na Argélia, de 8 a 10 de dezembro."

OST: Organização Socialista dos Trabalhadores, seção mexicana da 4ª Internacional

Espanha: cai a máscara do regime

Mobilização unitária para acabar com o governo da Monarquia

A violenta repressão de 01.10, contra o direito do povo catalão decidir, tem sua raiz na constituição do Estado Espanhol que não é uma nação mas a composição de diferentes povos, todos oprimidos por um regime baseado na Monarquia. Suas instituições – exército, justiça, administração, Igreja Católica – foram moldadas para se colocar contra os direitos democráticos dos povos e os direitos sociais dos trabalhadores.

Reproduzimos trechos da Declaração do POSI-Partido Operário Socialista Internacionalista, seção da 4a. Internacional no Estado Espanhol, publicada no calor dos acontecimentos e que explica que é a máscara desse regime que está caindo. Não se trata de defender o "independentismo" mas, sim, a autodeterminação, o direito do povo decidir livremente.

"As imagens são claras. Dezenas de milhares de pessoas tentando votar pacificamente. E um impressionante aparato policial para impedi-las. Violência, repressão, centenas de feridos.

O regime herdado do franquismo, com seu governo Rajoy minoritário e corrupto, com seu Tribunal Constitucional, com sua polícia e seu aparato judicial, voltou-se inteiro para impedir o povo catalão de exercer democraticamente seu direito de voto.

Com o povo catalão trabalhadores e povos de todo Estado

Apesar disso, segundo o governo da Catalunha, dirigiram-se para as urnas mais de três milhões de pessoas, de um total de 5,3 milhões possíveis. A polícia fechou 319 dos 2.315 colégios eleitorais. Roubou urnas e cédulas de votação. Mesmo assim, conseguiram votar 2,2 milhões (42,5% dos eleitores). Desses, 2 milhões (90%) votaram sim e 176 mil (7,8%) votaram não. Houve 45 mil brancos e 20 mil nulos.

1 de outubro: forte repressão tenta impedir o plebiscito

"Catalães, vocês não estão sozinhos", "Fora Rajoy", "Direito a decidir", foram os gritos ouvidos em maciças manifestações na Porta do Sol, em Madrid, e noutras concentrações por todo o país.

Às 10 da manhã deste 1 de outubro a União Geral dos Trabalhadores da Catalunha afirmava: 'é intolerável e injustificável que numa democracia se utilize a força e a violência contra cidadãos que querem votar pacificamente'. Esse é o sentimento da maioria dos trabalhadores, de todas as regiões, como uma só classe.

Nova etapa

Quaisquer que sejam os desdobramentos, uma certeza se impõem: está desestabilizado o regime da Constituição de 1978, sob a forma da Monarquia herdada da ditadura franquista.

Naufragaram os pactos da 'transição', assinados, na época, pelo Partido Comunista Espanhol (PCE), Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), além dos partidos burgueses da Catalunha e do País Basco, com os representantes diretos do franquismo.

As comunidades autônomas se revelaram um instrumento de divisão e enfrentamento entre os povos, todas aplicando disciplinadamente os cortes impostos pelo capital financeiro.

Barcelona, 3 de outubro, em greve manifestantes saem às ruas

Europa e Estados Unidos se mostram preocupados com a incapacidade de Rajoy resolver a situação. Não lhes preocupam os direitos dos povos, mas, sim, assegurar o domínio das multinacionais e o lugar estratégico da Monarquia no apoio às suas aventuras militares, à sua agressão à Venezuela. É a mesma preocupação dos patrões da Catalunha, plenamente integrados ao capital financeiro espanhol, e que pedem uma "solução política".

Em todo o país os trabalhadores estão indignados, mas também desorientados pela atitude de partidos que falam em seu nome. Como Pedro Sánchez (PSOE) pode apoiar Rajoy nessa ofensiva repressiva? Como Pablo Iglesias (Podemos) e Alberto Garzón (PCE) não se pronunciam claramente? Por que as Confederações Sindicais em nível de todo o Estado Espanhol não chamam à mobilização unificada da classe trabalhadora, contra a repressão, expressando a relação direta entre direitos sociais e direitos democráticos?

Acabar com Rajoy
Abrir a via da República

Puiddemont (governador regional da Catalunha, NdT) parece anunciar uma declaração de independência do Parlamento. Rajoy parece ameaçar nova investida contra os representantes do povo catalão. Ninguém pode predizer o próximo desenvolvimento dos acontecimentos. Mas, para setores crescentes dos trabalhadores e da população, parece mais claro o que o POSI proclamava no momento de sua fundação, em 1980: a Monarquia é incompatível com os direitos sociais e as liberdades.

Vozes se erguem pedindo uma 'saída negociada', inclusive um 'referendo pactuado' para… salvar o regime! Do ponto de vista dos trabalhadores e dos povos uma negociação somente poderia ocorrer sobre uma base democrática: o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, ou seja, acabar com o regime monárquico, proclamar a República para que TODOS os povos possam decidir livremente que relação querem manter com os demais povos: federar-se, confederar-se ou separar-se.

De nossa parte, defendemos a República Catalã Livre que livremente se associe a uma União das Repúblicas Livres de todos os povos do Estado Espanhol."

Comité Executivo do POSI
20h00 de 01.10.17

E AGORA?

Depois da mobilização massiva de uma grande parte do povo catalão para votar no primeiro de outubro (cerca de 3 milhões de pessoas), as manifestações, assembleias, inclusive movimentos de greve, prosseguiram na segunda e terça-feira. Enquanto escrevemos, novas manifestações estão sendo convocadas no centro de todas as cidades da Catalunha.

Ao mesmo tempo, chegam múltiplos posicionamentos de todos os povos da Espanha contra a repressão exercida pelo governo da monarquia.

Rajoy se reuniu, desde segunda-feira com o secretário geral do PSOE e do Partido da Cidadania para tentar uma decisão comum, o que não foi possível. Sanchez (PSOE), embora apoiando o governo central, exigiu uma negociação política. Vários porta-vozes do aparelho de Estado, como o jornal monarquista ABC, pedem que o governo invoque o artigo 155 da Constituição, ou seja, a suspensão das instituições catalãs.

Por seu lado, o governo catalão exigiu uma mediação da União Europeia, evitando recorrer aos demais povos da Espanha. Ele também anunciou o resultado do plebiscito bem como a convocação próxima de uma sessão do Parlamento catalão para eventualmente proclamar a independência. Depois, na terça-feira, chamou todas as classes sociais para uma greve cívica em apoio à sua política. As escolas, os colégios e as universidades ficaram fechados. Uma boa parte do comércio e dos serviços públicos também fechou e, principalmente o pequeno campesinato, mantém bloqueadas 51 estradas da Catalunha. Os quartéis centrais da Guarda Civil e da polícia nacional estão cercados pelos manifestantes. As duas confederações majoritárias, a UGT e as Comissões Operárias (CCOO), protestaram contra a repressão policial, participaram das assembleias, mas não apoiaram a greve cívica, receando que ela seja utilizada politicamente pelo governo catalão.

Uma evidência salta aos olhos: mais do que nunca, só a unidade fraternal dos trabalhadores e dos povos em todo o país pode abrir uma saída democrática.

Barcelona, terça-feira
3 de outubro de 2017, 17h
Angel Tubau

"Depois da Constituinte, a balança pende para o lado do chavismo"

É o que conclui Julio Turra, após sua visita à Venezuela em meados de setembro

Como representante da CUT, e com mandato também da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), viajei a Venezuela para participar da conferência "Todos somos Venezuela, Diálogo mundial pela Paz, Democracia e Soberania" ocorrida de 16 a 19 de setembro.

Nos dias 14 e 15 estive em Maracaibo, onde participei de atividades do Coletivo Trabalho e Juventude (CTJ), agrupamento que combate por uma representação política própria dos trabalhadores, animado pelos camaradas venezuelanos da 4ª Internacional.

Aí visitei o Hospital Coromoto (administrado pela petroleira PDVESA), onde pude dialogar com dirigentes dos sindicatos dos médicos e dos trabalhadores que expuseram os avanços, como o atendimento universal, mas também as dificuldades do setor de saúde pública, dada a ausência de um sistema único e articulado (sobrepõem-se vários sistemas, o que aumenta custos e afeta a oferta de medicamentos e serviços hospitalares).

Participei também de discussões sobre a situação após as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 30 de julho. Assim, em reunião do CTJ no dia 15, com sindicalistas de vários setores, militantes de base do chavismo e jovens, constatei que a direita pró-imperialista e suas manifestações violentas ("guarimbas") desapareceram das ruas e que a razão disso é que 8 milhões de eleitores, superando todas as expectativas, foram às urnas eleger os mais de 500 constituintes, o que abriu uma nova situação.

Conferência em Caracas

Chamada por uma reunião de movimentos populares com o presidente Maduro ao final de agosto, o "Diálogo pela paz, democracia e soberania" deu-se entre 16 e 19 de setembro, reunindo cerca de 200 delegados de mais de 50 países. Chegando a Caracas para a sua abertura, juntei-me aos demais delegados brasileiros que eram: Paola Estrada (movimentos Alba), Beto Almeida (jornalista), Edison Bagnara (MST), Luiz Eduardo (PCB-RJ) e Socorro Gomes (Cebrapaz, PCdoB).

O evento, além da abertura que foi conduzida pelo ministro Jorge Arreaza (Relações Exteriores) e pela presidente da Constituinte, Delcy Rodríguez, teve 10 mesas de trabalho e uma plenária para adotar a declaração e o calendário de ações em solidariedade à Venezuela, tendo sido encerrado com uma marcha anti-imperialista no centro de Caracas no dia 19.

Ainda no dia 17, os delegados internacionais foram recebidos por Nicolás Maduro, junto com o presidente da Bolívia, Evo Morales, num programa de TV, onde se informou sobre a mesa de negociações aberta com a MUD (coalizão da oposição) na República Dominicana.

Entrevista VTV em Caracas, Julio Turra ao lado da cubana Lourdes Cervantes (sec. Geral da OSPAAL), 18 de setembro

O que mostra que a iniciativa passou para o governo, pois a MUD, que não reconhece a "fraudulenta" Constituinte (a mesma posição de grupos esquerdistas locais, aparentados com o PSTU e setores do P-SOL no Brasil), inscreveu seus candidatos para as eleições para governadores dos 23 Estados, que foram antecipadas pela mesma Constituinte para 15 de outubro! Quanto às negociações, mesmo não tendo ido à reunião de 27 de setembro, a MUD diz que continua no processo "exploratório" para um acordo.

Encontro com constituintes trabalhadores

Convidado pelo porta voz do grupo dos trabalhadores na Constituinte, Jacobo Torres, e pelo coordenador da Central Bolivariana Socialista dos Trabalhadores (CBST), Carlos López, participei em 18 de setembro do "Encontro nacional da classe operária produtiva, contraofensiva econômica da paz", que reuniu mais de uma centena de dirigentes de federações sindicais e 75 constituintes eleitos em lista de trabalhadores.

Na ocasião pude dirigir-me a todos os presentes tratando da situação mundial, dos processos em curso no Brasil e Venezuela e apresentando a Conferência de Argel contra a guerra e a exploração.

A defesa da LOTT (lei orgânica do Trabalho), a necessidade de legitimar a CBST com congresso e eleições democráticas, a importância do bloco "obrero" para alavancar a Constituinte, estavam no centro das preocupações de todos os presentes.

Ficou claro também que se não houver solução a curto prazo para a situação de caos econômico, hiperinflação e desorganização da produção, a vitória política obtida com a instalação da Constituinte pode esfumaçar-se. Que são necessárias medidas concretas contra os setores da burguesia, comercial e industrial, que escondem produtos e especulam contra os interesses populares, bem como enfrentar o tema da corrupção e privilégios de burocratas e militares dentro do aparato de Estado.

De todo o modo, diante das sanções econômicas impostas por Trump e suas ameaças de intervenção militar, diante da atitude servil ao imperialismo dos governos do Brasil, Argentina, Peru e Colômbia, para isolar econômica e diplomaticamente a Venezuela, é absolutamente necessário a frente única anti-imperialista por: Fora Trump e seus lacaios da Venezuela! Em defesa do direito do povo venezuelano decidir seu próprio destino!

acit
acordo internacional dos trabalhadores e dos povos

9ª CMA de Argel: Com a Venezuela, contra o imperialismo

No "Diálogo pela paz, soberania e democracia: Todos somos Venezuela", em nome do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), Julio Turra registrou a moção adotada na reunião da sua coordenação realizada em Paris (9 e 10 de setembro) que reafirmava "nosso compromisso em solidariedade com a luta dos trabalhadores e do povo da Venezuela".

No calendário de ações adotado em Caracas aparece: "8 a 10/12/2017. Participação na Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração do AcIT, a celebrar-se em Argel (Argélia), organismo que pronunciou-se em solidariedade com os trabalhadores e o povo venezuelanos".

Além do constituinte Raúl Ordoñez, dirigente da Federação nacional de trabalhadores em tratamento de água potável (chamados de hidrológicos na Venezuela), prepara-se uma delegação no país vizinho que deve incluir o coordenador da Central Bolivariana Socialista dos Trabalhadores (CBST), Carlos López, dentre outros companheiros de Maracaibo e Caracas.

Eu apoio a preparação da CMA (8 a 10 de dezembro de 2017, Argel)

(assinatura) .....
Nome: .....
Endereço: .....
E-mail: .....

Contribuição financeira de:

☐ R$ 50 ☐ R$ 200 ☐ R$ 500

Contatos:
no Brasil – **julioturra@cut.org.br**
com o AcIT - **eit.ilc@fr.oleane.com**

Apoio Financeiro:
Depósito em Bradesco,
Agência 421
Conta corrente: 39 784 - 9

Assine *O TRABALHO*
Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R$45,00 ■ 24 edições: R$90,00 ■ 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ **Nome:** _____
Endereço: _____
Cidade: _____ **Estado:** _____
CEP: _____ **Tel.:** _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br